

## CÂMARA DE NOVO HORIZONTE: JORNALISTA

- 1) A pirâmide invertida é uma forma de estruturação do texto baseada no preceito de se apresentar ao leitor primeiramente informações mais importantes, de modo a tornar a comunicação a mais clara e objetiva possível. Com isso, a comunicação ocorre de forma hierarquizada decrescente, ou seja, as informações menos relevantes vão sendo apresentadas ao leitor ao longo do texto, de modo que as mais dispensáveis estarão sempre no final. Essa técnica facilita o leitor a organizar o pensamento e o desobriga a ler o texto até o fim caso queira se inteirar apenas do ponto principal da notícia. Ajuda também no processo de edição, uma vez que os últimos parágrafos poderão ser suprimidos em caso de falta de espaço.
- 2) Quando publica um comunicado em sua página na internet, o órgão público cumpre a função do emissor. A informação publicada é a mensagem com a qual se espera atingir o receptor, que é a sociedade. Para que esta mensagem seja transmitida com clareza e eficiência, é necessário um código, papel este cumprido pela Língua Portuguesa, uma vez que seu público, presumidamente, domina-o, de modo a compreender seus elementos, signos e regras. Já ao site da instituição, cabe a função de canal, pois é por ali que a mensagem chegará ao receptor.
- 3) A segmentação das mídias sociais obedece a uma lógica comum do livre mercado. Sempre que um produto ou serviço sofre concorrência de outros semelhantes, é necessário que ele busque um diferencial para sobreviver em um ambiente altamente competitivo e cheio de inovações. No caso das redes sociais, o fenômeno da segmentação pode ser notado em plataformas como o Instagram, utilizado basicamente para o compartilhamento de fotos e vídeos, o WhatsApp, empregado para a troca de mensagens em um ambiente privado, e o LinkedIn, que funciona como uma rede de contatos em um ambiente predominantemente profissional.
- 4) O processo de edição é de fundamental importância para garantir a coerência e a coesão das ideias expostas em um texto. É a partir da edição que se garante ao produto jornalístico a apresentação de todo o trabalho de apuração dos fatos, e a disponibilidade de informações - sejam elas exclusivas ou não -, de maneira planejada, organizada e criativa. Um dos principais resultados de um produto bem editado corretamente é chamar a atenção do leitor, despertando nele o interesse pelo assunto abordado no texto.
- 5) O processo de monitoramento de matérias jornalísticas publicadas a respeito de determinado tema, instituição ou personalidade, conhecido como clipping, funciona como um condensador e gerenciador de informações externas. Quando realizado de forma analítica, permite à assessoria de comunicação controlar e mensurar qualitativamente o que está sendo difundido pela imprensa sobre o cliente. Esta mensuração, quando bem executada, possibilita a elaboração de estratégias para melhorar e ampliar o relacionamento com os órgãos de comunicação.
- 6) Mídia training é um processo de treinamento de porta-vozes de uma determinada instituição para um bom relacionamento com os órgãos de imprensa, sobretudo quanto à preparação de autoridades e personalidades para conceder entrevistas e se relacionar com os veículos de comunicação. Trata-se de uma ferramenta de comunicação fundamental para lidar com os jornalistas, seja ao divulgar uma notícia positiva ou ao administrar uma crise institucional, uma vez que os profissionais de imprensa exercem o papel de elo entre as organizações e a sociedade.
- 7) A precedência é a ordem pela qual se estabelece a hierarquia máxima do Estado. É por meio dela que se determina a posição de colocação de cada autoridade ou personalidade em um dispositivo durante a solenidade de um evento público. Em um evento público como o descrito no enunciado, a ordem de precedência começaria com o presidente da república, seguido pelo vice-presidente da república, o presidente da Câmara dos Deputados, o ministro de Estado, o governador de Estado, o senador e o prefeito.
- 8) A cláusula de consciência é um direito do profissional de jornalismo, podendo ser invocada sempre que o jornalista acreditar que a execução de determinada tarefa possa ferir ou estar em desacordo com o Código de Ética do Jornalista Brasileiro. Outra situação em que o jornalista pode se declarar impedido de cumprir com uma determinação superior ocorre quando a tarefa e ele designada agride suas convicções. Entretanto, a cláusula de consciência jamais poderá ser usada como argumento para que um jornalista deixe de ouvir fontes com opiniões divergentes da sua.
- 9) Os estudantes de Novo Horizonte poderão andar de ônibus de graça na rede municipal de transporte, independentemente de estarem no trajeto entre a casa e a escola. No dia 15 de março, o plenário da Câmara Municipal aprovou o projeto de lei 45/2015, de autoria do vereador Gaspar Freitas Junior (PRT), que garantirá o benefício aos alunos mesmo fora do horário escolar, inclusive aos fins de semana. A medida, aprovada em única discussão e votação, foi aprovada por unanimidade pelos 15 vereadores presentes à sessão e agora será encaminhada para sanção do Poder Executivo.

- 10) O lide é primeiro parágrafo de um texto jornalístico, no qual o autor introduz o leitor no texto de modo a prender sua atenção ao tema e despertar nele o interesse pela continuação na leitura da notícia. O noticioso revela o núcleo principal de interesse da informação apresentada, seja ele um fato, uma revelação, o ponto central de um debate ou uma declaração polêmica de um entrevistado, dentre outros. Deve responder às principais questões em torno de um fato: o quê, quem, quando, onde, como e por quê. Já o lide não-factual, por não estar preso a um fato, pode lançar mão de outros recursos para prender a atenção do leitor. Ambos são de fundamental importância para que o leitor possa se familiarizar com o tema sobre o qual está prestes a se informar.
- 11) As comissões são grupos de parlamentares criados com o papel de elaborar estudos e emitir pareceres sobre projetos à Mesa Diretora, sejam eles de autoria do Poder Executivo, de membros do Poder Legislativo ou de iniciativa popular. Podem ser permanentes ou temporárias. As permanentes são compostas por três vereadores cada, e totalizam quatro: Justiça, Educação, Cultura e Redação; Economia, Finanças e Orçamento; Obras e Serviços Públicos, Urbanismo e Higiene; Saúde e Bem-Estar Social. Já as comissões temporárias são criadas com finalidades especiais ou de representação. Sua duração é até o fim da legislatura ou quando se esgotarem as atividades para as quais elas foram criadas.
- 12) A Constituição Federal considera estável após três anos de efetivo serviço os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, e prevê que estes poderão perder o cargo em três situações específicas: em virtude de judicial condenatória transitada em julgado; mediante processo administrativo, desde que lhe seja assegurada ampla defesa em todas as fases do processo; e mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, também assegurada ao servidor estável o direito de ampla defesa.
- 13) Os verbos declaratórios são utilizados para introduzir ou finalizar falas dos personagens de uma notícia. Pelo seu caráter apenas descritivo, não devem trazer qualificações sobre a declaração ou uma opinião a respeito dela. Deste modo, os verbos declaratórios precisam ser utilizados com critérios, privilegiando os de carga neutra, como "dizer", "afirmar", "falar", "declarar" etc, que servem apenas para indicar a autoria da declaração. Opções como "garantir", "prometer", "ressaltar" e "salientar" trazem em seu bojo uma carga positiva sobre o que foi dito, ao passo que "admitir", "confessar", "alegar" etc conferem um aspecto negativo ao contexto da fala.
- 14) Com força de lei, a Medida Provisória pode ser editada pela Presidência da República em caso de relevância e urgência. O ato normativo deve ser submetido de imediato à deliberação do Congresso Nacional, que tem prazo de 60 dias para analisá-la e convertê-la em lei, prorrogável por igual período. Após esse prazo, se não for convertida, a medida provisória perderá sua eficácia desde a edição, cabendo ao Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, a sobrevivência das relações jurídicas decorrentes de tal ato normativo.
- 15) Aviso e ofício são modalidades de comunicação oficial praticamente idênticas. Ambos têm a finalidade de tratar de assuntos oficiais entre órgãos da Administração Pública. O que os diferencia é que o aviso é expedido exclusivamente por Ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia, enquanto o ofício é expedido para e pelas demais autoridades. Já o memorando é o expediente pelo qual há a comunicação entre unidades administrativas de um mesmo órgão. Ou seja, é uma forma de comunicação estritamente interna.
- 16) A Atividade Legislativa, prevista pela Constituição Federal, consiste na elaboração, apreciação e votação de documentos, tais como projetos de lei, projetos de lei complementar, projetos de emenda à Lei Orgânica Municipal, projeto de decreto legislativo e projeto de resolução. Já a função de Fiscalização Municipal tem como principal objetivo acompanhar e controlar, dentro dos termos legais, a atividade do Poder Executivo, podendo os vereadores, inclusive, convidar representantes da Prefeitura para prestar esclarecimentos ao Poder Legislativo, por meio de requerimento específico para este fim.
- 17) A Comunicação Pública é uma atividade voltada à comunicação institucional para a divulgação das ações de um governo e seus entes à sociedade civil. É por meio dela que se cumpre o que prevê a Constituição Federal sobre o preceito da publicidade, ou seja, tornar pública as ideias defendidas ou atividades desempenhadas por um determinado braço do Estado. Cabe também à Comunicação Pública a prestação de serviço à população, papel exercido quando os órgãos governamentais informam aos cidadãos alterações em leis, criação de campanhas, ações pontuais de governo etc.
- 18) O ambiente da internet facilita a exploração de variadas formas de se consumir conteúdo em um único produto. A mesma reportagem, por exemplo, pode trazer não só um texto e uma fotografia, mas também vídeos, áudios, infográficos e outros elementos de apoio que facilitem a compreensão do tema pelo leitor. Além disso, é possível facultar ao leitor o caminho que ele pretende seguir ao consumir determinada informação, diferentemente do que ocorre com a produção jornalística tradicional, até então linear e com opções restritas de interatividade e autonomia. Ao jornalista que produz este tipo de conteúdo, cabe usar os mais variados recursos, como os já descritos aqui, para tornar a leitura atraente, informativa e multilinear ao seu público.

- 19) Ao enviar uma mensagem ao seu público, é importante que o emissor domine o código do ambiente em que o canal está inserido. Isto posto, quando se trata das redes sociais, será mais eficiente à instituição transmitir a informação usando uma linguagem mais próxima da população mais jovem, de modo a cativar este público e conseguir comunicar. O engajamento do público, isto é, a adesão à mensagem, será alcançado de forma mais natural. O uso de uma linguagem mais formal e o emprego de termos técnicos e burocráticos acaba afastando o público, tornando a comunicação ineficiente.
- 20) Quando uma autoridade ou personalidade conceder entrevista a uma emissora de televisão, a assessoria de imprensa precisa prepará-lo para isso, o que inclui, dentre outras tarefas, pensar na forma como a fonte se apresentará às câmeras e, conseqüentemente, ao público que o assiste. O cabelos deve estar bem cortado e arrumado, e o entrevistado deve evitar acessórios que distraiam o telespectador. Aos homens, é recomendável o uso de trajes formais, sóbrios e em tons claros, evitando peças estampadas, xadrezes ou listradas. As mulheres precisam tomar cuidado com decotes e maquiagem em excesso.